

Recebimento: 09/01/2020

Aceite: 18/04/2020

## **CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO E URBANIZAÇÃO EM MUNICÍPIOS DE PORTE MÉDIO: ALTERAÇÕES NA DINÂMICA URBANA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL<sup>1</sup>**

## **DEMOGRAPHIC GROWTH AND URBANIZATION IN MEDIUM-SIZED MUNICIPALITIES: CHANGES IN THE REGIONAL URBAN DYNAMICS OF RIO GRANDE DO SUL**

Fernanda Teixeira Jardim<sup>2</sup>

Rogério Leandro Lima da Silveira<sup>3</sup>

### **Resumo**

Os municípios de porte médio vêm se destacando na atualidade em decorrência do seu crescimento populacional e pelas novas funções que exercem, especialmente, como articuladores da desconcentração da atividade econômica e da dispersão da população, na medida em que contribuem para o desenvolvimento de aglomerações urbanas da rede urbana de regiões não metropolitanas. Este estudo apresenta uma análise de municípios de porte médio do Rio Grande do Sul, trazendo o debate sobre os processos de urbanização e de concentração populacional em contexto regional. Foram analisados os dados demográficos dos municípios do RS, com ênfase no crescimento populacional no período de 2000 a 2010. Identificou-se um processo de concentração populacional em aglomerados urbanos e em cidades de maior porte. Além da região metropolitana de Porto Alegre, com a maior concentração demográfica, verifica-se uma distribuição espacial da população com polarização da urbanização de municípios de porte médio não metropolitanos. Os dados analisados apontam que esses municípios obtiveram um aporte populacional considerável nas últimas décadas, o que leva a refletir sobre as transformações do espaço urbano que estas experimentam, considerando que o tamanho demográfico propicia maior intensidade e complexidade das dinâmicas socioespaciais intra-urbanas. O crescimento demográfico, econômico e urbano experimentado por esses municípios tem contribuído também para alterações na dinâmica urbana regional do estado do Rio Grande do Sul, incluindo as mudanças na organização e no funcionamento de sua rede urbana.

**Palavras chaves:** Crescimento demográfico. Municípios de Porte Médio. Urbanização. Dinâmica Urbana Regional do Rio Grande do Sul.

### **Abstract**

<sup>1</sup> Uma versão resumida deste artigo foi apresentada no VIII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, realizado na UNISC, em 2017.

<sup>2</sup> Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS, Brasil. E-mail: ftjardim@hotmail.com

<sup>3</sup> Doutor em Geografia (UFSC). Professor da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC0, Santa Cruz do Sul – RS, Brasil. E-mail: rlls@unisc.br

The medium-sized municipalities and their cities are currently being highlighted due to their population growth and the new functions they perform, especially as articulators of the deconcentration of economic activity and population dispersion, as they contribute to the development of non-metropolitan urban agglomerations. of the urban network. This study presents an analysis of the medium-sized municipalities of Rio Grande do Sul, bringing the debate about the processes of urbanization and population concentration in a regional context. Demographic data of the municipalities of RS were analyzed, with emphasis on population growth from 2000 to 2010. A process of population concentration was identified in urban agglomerations and in larger cities. In addition to the metropolitan region of Porto Alegre, with the largest population concentration, there is a polarization of urbanization over the territory, whose spatial distribution is largely due to the non-metropolitan medium-sized municipalities. The data analyzed indicate that the medium-sized municipalities have obtained a considerable population contribution in the last decades, which leads us to reflect on the transformations of the urban space that they experience, considering that the demographic size provides greater intensity and complexity in the socio-spatial dynamics of the intra-urban spaces. of these cities. The demographic, economic and urban growth experienced by these medium-sized municipalities has also contributed to changes in the regional urban dynamics of the state of Rio Grande do Sul, as well as in the dynamics of organization and functioning of its urban network.

**Keywords:** Demographic growth, Medium-sized municipalities. Urbanization. Urban dynamics of Rio Grande do Sul.

## Introdução

Alguns estudos e reportagens vêm destacando o papel dos municípios brasileiros de porte médio na atualidade, demonstrando o seu crescimento, tanto em número, quanto em população, e sua importância no processo de desconcentração da urbanização e da população e das atividades metropolitanas, à medida que esses municípios têm atraído, crescentemente, investimentos de capital e migrações populacionais. Somando-se ainda o ideário de uma melhor qualidade de vida existente nessas cidades, comparada à de grandes metrópoles, por meio de menores índices de criminalidade e poluição, menor tempo nos deslocamentos, custo de moradia mais acessível e maior oferta de áreas verdes. Além disso, tais cidades, também apresentam vantagens, muitas vezes escassas nas pequenas cidades, como o acesso à cultura, à educação e à oferta de empregos (AMORIM FILHO; SERRA, 2001).

No Brasil, conforme dados do IBGE, os municípios que mais cresceram em população, de 2000 a 2010, foram aqueles de porte médio, ou seja, entre 100 a 500 mil habitantes<sup>4</sup>. Entre esses municípios, destaca-se que, além das capitais nacionais e dos municípios de entorno ou sob influência de metrópoles, os municípios em áreas não metropolitanas também tiveram um crescimento considerável<sup>5</sup> e vêm apresentando nas últimas décadas elevados índices de participação no total da população brasileira<sup>6</sup>.

Esses municípios abrigam, portanto, um grande potencial para expansão urbana, densificação e desenvolvimento urbano, contudo têm também o desafio de enfrentar os problemas urbanos típicos das grandes metrópoles. Com o aumento populacional e com a concentração urbana<sup>7</sup>, tendem a se agravar as desigualdades socioespaciais, o *déficit* habitacional, os quadros de degradação ambiental e a precariedade da infraestrutura urbana. As dinâmicas socioespaciais desses municípios refletem as contradições presentes nas cidades brasileiras, alinhadas à lógica de produção capitalista.

Além disso, as cidades médias são de fundamental importância para um maior equilíbrio na estruturação e no funcionamento da rede urbana, ao desempenharem papéis de geração e de intermediação de fluxos diversos (populacionais, de mercadorias, de capitais, de informações, de

<sup>4</sup> Municípios com população entre 100 a 500 mil habitantes tiveram um percentual de crescimento populacional ao ano de 1,60%, seguido pelos municípios com 50 a 100 mil habitantes, com 1,40%, os de 20 a 50 mil, com 1,12%, os com mais de 500 mil habitantes, com 1,07% e os com menos de 20 mil habitantes, com 0,63% (IBGE, Censos Demográficos, 2000 e 2010).

<sup>5</sup> Os municípios deste grupo (com população entre 100 a 500 mil habitantes), pertencentes a regiões metropolitanas, cresceram 1,72% e os não pertencentes a regiões metropolitanas tiveram índice de 1,48% (IBGE, 2010).

<sup>6</sup> Segundo estudo de Lima; Staduto; Stamm *et al.* (2013), os municípios não metropolitanos com população urbana entre 100 a 500 mil habitantes foram os que mais cresceram em termos de representatividade populacional no Brasil nas últimas décadas.

<sup>7</sup> A taxa de urbanização dos municípios brasileiros com população entre 100 a 500 mil habitantes é de 94,5% (IBGE, 2010).

ideias, entre outros), que circulam no espaço geográfico, notadamente, nas escalas regional e nacional, entre elas, nas cidades médias e nas cidades menores e nas áreas rurais que constituem sua região de influência. Mas, também, entre elas e as grandes cidades e metrópoles localizadas no espaço geográfico estadual e nacional. Assim, além dos problemas decorrentes do processo de urbanização, é necessário compreender também as funções dessas cidades num contexto mais amplo, para além dos seus limites intraurbanos.

Este trabalho propõe contribuir no debate sobre os municípios de porte médio e seu processo de urbanização, focando nos processos de concentração populacional do Rio Grande do Sul (RS), de forma a identificar o papel destes municípios no contexto regional, e sua representatividade na dinâmica urbana estadual. Para tanto, será analisado o crescimento demográfico dos municípios do Rio Grande do Sul, considerando a sua população total e o grau de urbanização, com ênfase no período de 2000 a 2010, com o objetivo de identificar os padrões de concentração populacional, conforme o porte do município e sua localização no território do Rio Grande do Sul.

### **As cidades dos municípios de porte médio: breve definição**

No âmbito das ciências sociais, e diante do atual conteúdo técnico, científico e informacional do espaço geográfico, não há um consenso quanto à definição conceitual de cidades dos municípios de porte médio ou cidades médias. Em geral, considera-se como variável relevante o seu porte populacional. Tais cidades são também definidas por suas características funcionais ou ainda por seu papel, como elo de ligações entre centros locais e as metrópoles nacionais, mas também entre os centros locais e os centros globais, na rede mundial de cidades (BRANCO, 2007).

Ainda, Amorim Filho e Serra (2001, p.2) destacam:

Diferentemente do fenômeno metropolitano, cujas especificidades bem demarcadas ensejaram a própria institucionalização desses territórios em muitos países, as definições de cidades médias sujeitam-se muito mais aos objetivos de seus pesquisadores ou dos promotores de políticas públicas.

Relevante enfatizar que, quanto maior o tamanho demográfico do município, especialmente de sua população urbana, maior a dimensão e a complexidade do seu processo de urbanização. Seja ampliando-se espacialmente, tanto horizontal quanto verticalmente, quanto ampliando e diversificando sua economia urbana. Também indica, para um mesmo contexto regional de renda e padrão cultural, atividades econômicas mais complexas, envolvendo a cidade e seu espaço de relações, propiciando o desenvolvimento de especializações produtivas e das funções urbanas. Por sua vez, o desenvolvimento das funções urbanas suscita o aumento demográfico e a multiplicação das atividades não básicas ou das existentes (CORRÊA, 2007). Assim, Corrêa (2007) afirma que é necessário considerar, para qualificação das cidades médias, a combinação de três pontos: tamanho demográfico, funções urbanas e organização do espaço intra-urbano.

O critério de definição quanto ao tamanho demográfico toma a base da população urbana como *proxy* do tamanho do mercado local, assim como um indicador para o nível de infraestrutura existente e grau de concentração das atividades. Nessa direção, embora possam ser questionáveis os limites demográficos máximos e mínimos de um certo conjunto de cidades, há parâmetros em cada período histórico que são definidos para as mais variadas regiões do mundo (AMORIM FILHO; SERRA, 2001)

Para os objetivos do presente artigo e para as análises sobre o processo de urbanização dos municípios de médio porte no Rio Grande do Sul, será utilizada a classificação definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que classifica tais municípios como aqueles cuja população total seja de 100 a 500 mil habitantes.

### **O processo de urbanização brasileiro e a importância das cidades dos municípios de porte médio**

O processo de urbanização brasileiro, intensificado a partir dos anos 70, com o avanço da industrialização e também com a estruturação e com uma maior especialização do comércio e dos serviços, alcança, ainda que com intensidades diferentes, praticamente todo o território, desdobrando-se em uma ampla rede urbana, que inclui, além das metrópoles nacionais, metrópoles regionais, cidades de porte médio e núcleos urbanos.

As transformações ocorridas no campo decorrentes da expansão do agronegócio por meio da modernização tecnológica da produção, pelo uso seletivo de mão de obra e pela ampliação da concentração de terra tem levado ao crescimento e à urbanização das chamadas cidades do agronegócio, cuja dinâmica da economia urbana está inteiramente vinculada ao desempenho da produção e da exportação de *commodities*, como já bem analisadas por Elias (1993) e Castilho *et al.* (2016).

Por sua vez, desde o final dos anos noventa, assistimos no País, e também no Rio Grande do Sul, a um processo em curso de desconcentração e de realocação da atividade industrial das áreas metropolitanas para as cidades dos municípios de porte médio, localizadas em regiões produtivas, junto aos principais eixos viários ou nas franjas periféricas das áreas e regiões metropolitanas, com economias urbanas, mercado de trabalho e estruturas territoriais já consolidadas.

Outro processo a ser considerado na dinâmica de urbanização brasileira se refere ao êxodo rural originado não apenas em regiões agrícolas que experimentam a modernização excludente das atividades agropecuárias, a redução do emprego rural e a concentração de terras, mas também em regiões rurais que experimentam a estagnação econômica e a crescente fragmentação e parcelamento das pequenas propriedades rurais.

Tais processos têm produzido um crescimento demográfico de inúmeros núcleos urbanos, formando uma distribuição relativamente desconcentrada, configurando um quadro bastante complexo, em que aglomerações de diferentes tamanhos se somam às metrópoles, que ainda se constituem no elemento dominante do sistema urbano (BARCELLOS; MAMMARELLA, 2010).

Neste período, as cidades de porte médio despontam como alternativa para a difusão do desenvolvimento econômico do país e para a dispersão da população, visando à retração do fenômeno metropolitano. Assim, ganham atenção no cenário político e de programas governamentais, que foram formulados no II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil), em 1975. Já nas décadas seguintes, há uma descontinuidade na elaboração e na implementação de tais programas, devido a mudanças de interesses da política governamental, que privilegiou o planejamento setorial (BRANCO, 2007).

Com os conhecimentos adquiridos na década de 70, sobretudo com as experiências pioneiras francesas de planejamento, Amorim Filho e Serra (2001, p. 9) assim pontuam os atributos que qualificam as cidades de porte médio na época:

- interações constantes e duradouras tanto com seu espaço regional subordinado quanto com aglomerações urbanas de hierarquia superior;
- tamanho demográfico e funcional suficiente para que possam oferecer um leque bastante largo de bens e serviços ao espaço microrregional a elas ligado; suficientes, sob outro ponto, para desempenharem o papel de centros de crescimento econômico regional e engendrarem economias urbanas necessárias ao desempenho eficiente de atividades produtivas;
- capacidade de receber e fixar os migrantes de cidades menores ou da zona rural, por meio do oferecimento de oportunidades de trabalho, funcionando, assim, como pontos de interrupção do movimento migratório na direção das grandes cidades, já saturadas;
- condições necessárias ao estabelecimento de relações de dinamização com o espaço rural microrregional que o envolve; e
- diferenciação do espaço intra-urbano, com um centro funcional já bem individualizado e uma periferia dinâmica, evoluindo segundo um modelo bem parecido com o das grandes cidades, isto é, por intermédio da multiplicação de novos núcleos habitacionais periféricos.

Na década de 90, com as transformações alavancadas pelo processo de globalização, pelas novas dinâmicas produtivas, com a abertura econômica e os novos processos tecnológicos e de comunicação, o território e a urbanização ganham novas dimensões, produzindo uma nova hierarquia urbana. Esse processo, que acentua o poder de polarização das grandes aglomerações urbanas, atinge também toda a rede urbana e recoloca em evidência as cidades médias (BRANCO, 2007).

Nesse sentido, Amorim Filho e Serra (2001) afirmam que as cidades médias apresentam novas funções, somadas às já conhecidas desde a década de 70, que surgiram em decorrência do processo de globalização ou de mundialização. Uma dessas funções está relacionada à ampliação do papel dessas cidades na articulação de diferentes fluxos de matéria-prima, de mercadorias e de capitais, entre os espaços rurais e pequenas cidades de suas regiões de influência e as metrópoles,

nos eixos ou corredores de transportes e desenvolvimento; e outra se refere a sua participação como estruturadora em suas regiões de influência de redes de todo tipo, como as redes de empresas, redes de serviços públicos, redes de informação, e, por fim, no desenvolvimento de redes tecnológicas, sediando polos tecnológicos.

Os autores relatam, ainda, a influência de novos paradigmas de modernidade, cujas cidades de porte médio encontram-se em situação privilegiada para atenderem (AMORIM FILHO; SERRA, 2001, p. 30):

- o primeiro cobre as várias condições que possibilitam uma boa “qualidade de vida”, para a maior parte dos homens em um determinado lugar;
- o segundo inclui as questões entrelaçadas do “patrimônio”, principalmente histórico-urbano, e da busca crescente de “identidade”, por parte dos mais diferenciados grupos humanos, o que apresenta dificuldades tanto maiores, quanto maiores são as aglomerações urbanas; e
- o terceiro envolve os temas, também intimamente interligados, das “percepções, valores, motivações e preferências” sociais e individuais, aspectos altamente correlacionados com a intensidade e o direcionamento dos “fluxos turísticos” de massas humanas cada vez maiores.

Contudo, as tendências atuais apontam para a afirmação de uma dinâmica espacial bastante complexa e paradoxal, de concentração, de desconcentração e de seletividade. Embora os grandes centros urbanos ainda sejam concentradores populacionais e exerçam grande atratividade, a urbanização tem se esboçado mais polinucleada, com o avanço dos centros regionais. Nesse sentido, as estratégias de desenvolvimento regional, centradas na dimensão territorial, tem se esboçado como grande horizonte a ser perseguido, com o fortalecimento de uma rede de cidades de porte médio que sejam capazes de constituir vetores de desenvolvimento, potencializando fluxos de bens, serviços e pessoas assim como contribuindo para o uso de recursos territoriais mais racionais (BRANDÃO; CASTRO; NETO, 2017).

Inegavelmente, as cidades dos municípios de porte médio representam importantes espaços no âmbito das redes urbanas e são fundamentais para o desenvolvimento regional. Constituem-se em elemento estruturador para o equilíbrio espacial do sistema urbano, pela centralidade e pela capacidade de intermediação e de articulação que têm no território regional onde estão inseridas, podendo assim contribuir para a redução das disparidades regionais, além de proporcionar melhor qualidade de vida para seus habitantes e oportunidades para os habitantes da sua região de influência.

### **Breve panorama histórico da urbanização do Rio Grande do Sul**

O estado do Rio Grande do Sul apresentou, ao longo do seu processo histórico de formação territorial, alterações em sua configuração espacial e em sua dinâmica de desenvolvimento urbano, que foram delineando a atual conformação territorial. Essa trajetória reflete a distribuição da população sobre o território e a estrutura socioeconômica de cada região e são a base para compreensão das cidades médias e de suas funções e características.

Inicialmente, a primeira etapa da formação territorial do estado foi ao sul, por meio de usos do território caracteristicamente agrários, onde predominavam a grande propriedade, a pecuária e a lavoura de arroz (ALONSO; BANDEIRA, 1990). A rede urbana do sul, com um número reduzido de centros (embora de maior dimensão) e com poucos níveis de hierarquização, contava com o poder polarizador da economia do charque (produção, comercialização e exportação) que se dava nas cidades de Pelotas e Rio Grande, constituindo a porção mais dinâmica da economia até a metade do século XIX (SOARES, 2011). A região norte, nessa época, era economicamente mais atrasada. Porto Alegre, principal núcleo urbano da região e capital da Província, com funções predominantemente administrativas, não conseguia disputar, em termos de dinamismo econômico, com a região Sul (ALONSO; BANDEIRA, 1990).

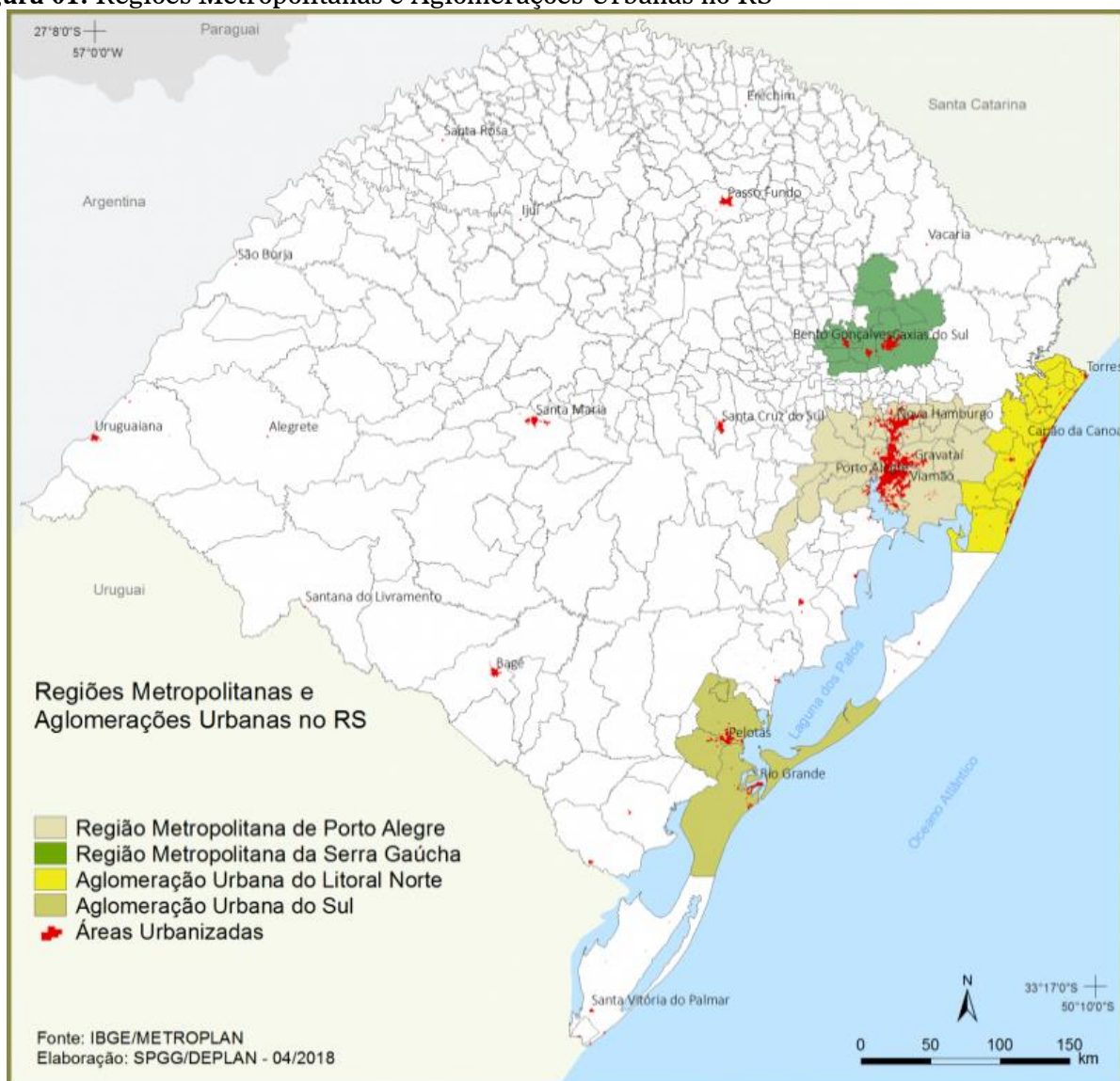
A região norte passa a ter maior desenvolvimento econômico a partir da segunda metade do século XIX com a imigração alemã e italiana. Organizada a partir da pequena propriedade e da produção agrícola diversificada, a rede urbana se formou com um número maior de núcleos urbanos, embora com a predominância de pequenos centros, e teve como núcleos principais as cidades de São Leopoldo (colonização alemã) e Caxias do Sul (colonização italiana) (SOARES, 2011). A colonização favoreceu a ascensão de Porto Alegre como principal centro econômico do estado. Era o ponto de

exportação dos produtos coloniais para o centro do país e o centro atacadista de produtos manufaturados importados (ALONSO; BANDEIRA, 1990).

Já em meados do século passado, verificava-se o declínio e a estagnação da pecuária sulina, que se consolidou com o surgimento da indústria, já delineando uma das principais características da futura configuração espacial da economia gaúcha: “um norte mais dinâmico e economicamente mais diversificado e um sul de crescimento lento e de estrutura produtiva mais especializada” (ALONSO; BANDEIRA, 1990, p.74).

A grande mudança na configuração espacial da economia gaúcha ocorreu ao longo da segunda metade do século passado, com a crescente industrialização, que se concentrou a nordeste, no eixo Porto Alegre-Caxias do Sul, e com grandes aglomerações urbanas que foram se formando à medida que as atividades agrícolas se tornavam menos expressivas (ALONSO; BANDEIRA, 1990). O crescimento populacional se concentrou, assim, a nordeste, formando ao longo do tempo três aglomerações urbanas: A região metropolitana de Porto Alegre (RMPA), polarizada pela capital, Porto Alegre, a região metropolitana da Serra Gaúcha (RMSG), sob a influência da cidade de Caxias do Sul, importante polo industrial e de serviços dessa região, e a aglomeração urbana do Litoral Norte (AULINORT), resultante do intenso processo de urbanização das cidades do litoral norte, sob o comando comercial e de serviços de Capão da Canoa e de Torres. Ao sul, dotado de estrutura regional preeminentemente agrária, mas com ativa economia urbana de comércio e serviços em Pelotas, e indústria, em Rio Grande, constitui-se a aglomeração urbana do sul (AUSUL), como mostra a figura 01.

**Figura 01:** Regiões Metropolitanas e Aglomerações Urbanas no RS



Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, 2018.

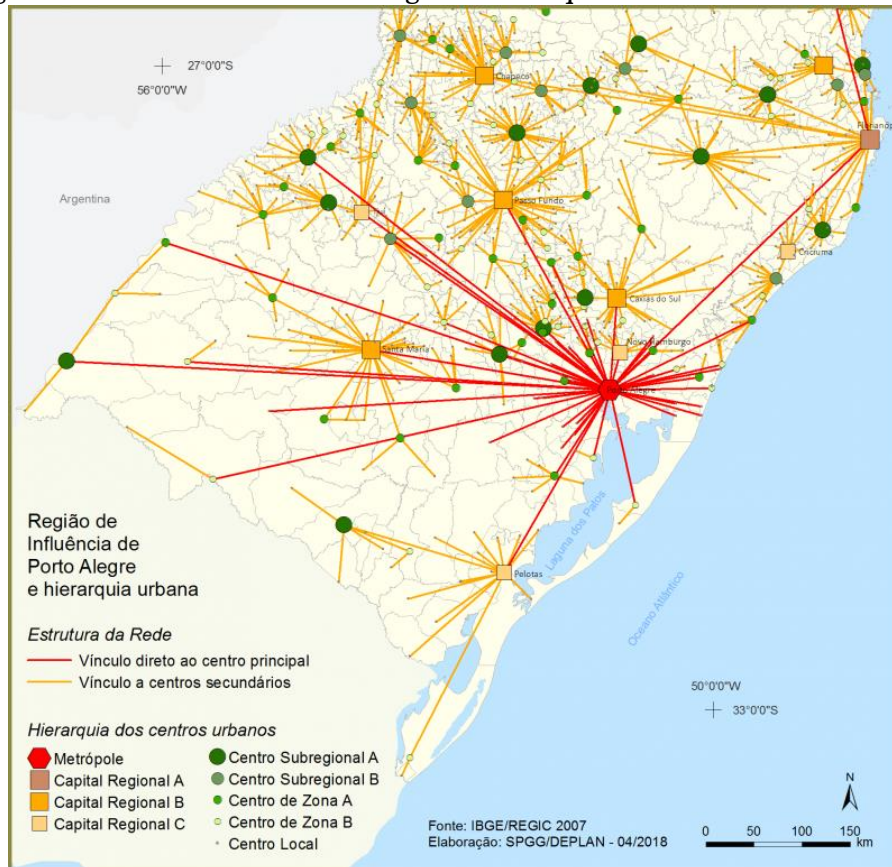
Além dessas aglomerações urbanas institucionalizadas (figura 01), Alonso (2009) afirma que há a emergência de pelo menos mais duas outras aglomerações não metropolitanas descontínuas, uma sobre o comando de Santa Maria, envolvendo as cidades de Júlio de Castilhos, Itaara, Restinga Seca, São Martinho da Serra, São João do Polêsine e Formigueiro, e outra na cidade de Passo Fundo, e sua articulação com as cidades de Carazinho, Erechim, Marau, Coxilha e Mato Castelhano. O autor relata que tais cidades, apesar de não configurarem uma conurbação com as cidades do seu entorno, apresentam outras relações que foram consideradas no seu estudo: “observam-se fortes laços de integração, revelados pelos movimentos pendulares com a finalidade de estudo e/ou trabalho e também pelos fluxos de passageiros das linhas regulares de transporte coletivo intermunicipal” (ALONSO, 2009, p. 1).

Há também outras aglomerações em formação, uma constituída pelas cidades de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Lajeado e Estrela, vinculada ao processo de desconcentração metropolitana de Porto Alegre, e outra representada pelos Municípios de Ijuí, Santo Ângelo, Cruz Alta, Panambi, Santa Rosa e Horizontina. Conforme Alonso (2009, p.6), estudo realizado pelo IPEA; IBGE; UNICAMP (2000) considerou esses centros urbanos, respectivamente, como aglomeração metropolitana expandida e aglomeração descontínua.

Referente à rede urbana do estado, também é relevante destacar o estudo realizado pelo IBGE, englobando todo o território nacional, denominado REGIC – regiões de influência das cidades, de 2007. Nesse estudo, foi analisada a centralidade dos núcleos urbanos brasileiros, sua região de influência, bem como a hierarquia desses centros no contexto da rede urbana nacional. Como resultado (figura 02), a capital Porto Alegre tem o nível mais alto da classificação proposta pelo IBGE – metrópoles –, identificada como centro urbano que se caracteriza pelo seu grande porte, por ter fortes relacionamentos com as demais metrópoles e por ter extensas áreas sobre sua influência. Sua rede urbana abrange o estado do Rio Grande do Sul e também o de Santa Catarina, dividindo a área com Curitiba (ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RS, 2017).

Nesse mesmo estudo, as capitais regionais são consideradas os núcleos urbanos que se relacionam com o estrato superior da rede urbana e têm uma influência no âmbito regional. Apresentam 03 níveis de subdivisão, delimitando, assim, os centros urbanos do Rio Grande do Sul como: Capital regional B – Caxias do Sul, Passo Fundo e Santa Maria –; e Capital regional C – Ijuí, Novo Hamburgo-São Leopoldo e Pelotas-Rio Grande. De menor hierarquia urbana, as cidades de Bagé, Bento Gonçalves, Erechim, Lajeado, Santa Cruz do Sul, Santa Rosa, Santo Ângelo e Uruguaiiana foram classificadas como centro sub-regional A e Carazinho, Cruz Alta e Frederico Westphalen como centro sub-regional B.

Figura 02: Regiões de Influência de Porto Alegre e hierarquia urbana



Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, 2018.

A partir desse panorama, podemos verificar que há diferenciações expressivas na dinâmica socioeconômica das regiões que impactam sobre a dinâmica das cidades. Identificamos que, na região nordeste do estado, há uma maior concentração populacional e dinamismo econômico, apresentando as principais aglomerações urbanas e um maior número de núcleos urbanos que exercem influência sobre suas regiões. Já a região sul, caracterizada pelas grandes propriedades, de economia agrária e pecuária extensiva, contribui também dos aspectos naturais da campanha gaúcha, apresenta menor diversidade econômica e um crescimento mais lento, assim como menor número de núcleos urbanos que exercem a função de intermediação nas suas regiões, refletindo, assim, o padrão brasileiro de ocupação litorânea e concentrada e de desigualdades regionais.

Nesse sentido, como coloca Soares (2011), para uma caracterização das cidades médias é necessário que se tenha o entendimento do território no qual elas se encontram, pois as dinâmicas da formação socioespacial se relacionam com as dinâmicas dessas cidades. A partir desse entendimento, propõe-se analisar a urbanização do estado do Rio Grande do Sul, enfatizando o papel das cidades médias nesse processo.

### Os municípios de médio porte no contexto da urbanização do Rio Grande do Sul

A urbanização do Rio Grande do Sul seguiu a tendência da urbanização brasileira<sup>8</sup>, passando de uma maioria rural, em 1940 (68,80%), para uma população predominantemente urbana, em 2010, com 85,10% dos seus habitantes vivendo em áreas urbanas. O fenômeno da urbanização se acentuou, ainda, com o expressivo aumento da população total, que passou de 3.320.689 habitantes, em 1940, para 10.693.929, em 2010. Desse contingente populacional total, 9.100.291 habitantes vivem em cidades e desse total da população urbana estadual, 3.447.657 habitantes, aproximadamente 37,88% vivem em cidades dos municípios de médio porte, cujas taxas de urbanização ultrapassam os 84%. Quando excluimos desse grupo as cidades dos municípios de médio porte que integram a região metropolitana de Porto Alegre, então temos um total de 1.762.934 habitantes urbanos,

<sup>8</sup> Em 1940, a população do Brasil era de 41.236.315 habitantes, sendo 31,24% urbana. Em 2010, a população do Brasil passou para 190.755.799, sendo 84,36% urbana (IBGE,2010).



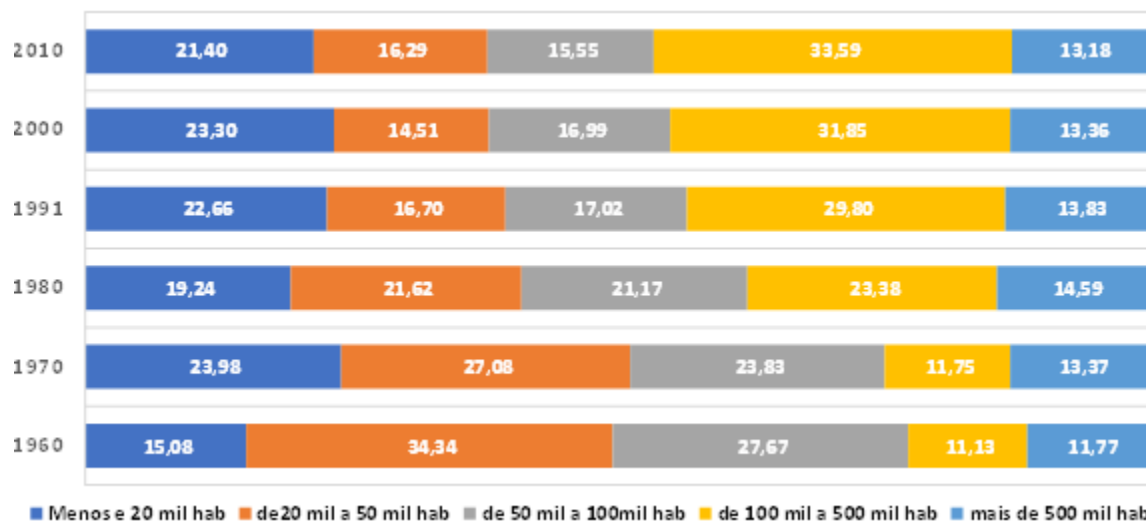
aproximadamente 19,37% da população urbana estadual, distribuídos em nove municípios de porte médio localizados em diferentes regiões do Rio Grande do Sul<sup>9</sup> (IBGE, 2010). Tais números atestam a importância da representatividade desses municípios de médio porte no processo de urbanização do estado.

As altas taxas de natalidade contribuíram para o incremento da população, que passou a se concentrar nas áreas urbanas, em decorrência do êxodo rural causado pela concentração de terra e/ou pela modernização da agricultura através da expansão dos complexos agroindustriais no Estado, bem como em razão da atração exercida pelas economias urbanas das maiores cidades, que apresentaram uma dinâmica de urbanização assentada na industrialização, mas também na expansão e na especialização das atividades comerciais e de serviços. Os processos de imigração interna também contribuíram para o aumento da população dos municípios de médio e grande porte no Estado do Rio Grande do Sul (ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RS, 2017).

As taxas de crescimento anual da população total, bastante altas até a década de 60, vêm diminuindo o seu ritmo de crescimento. A última década (2000 a 2010) revela uma queda mais acentuada na taxa do Rio Grande do Sul, destacando-se como o menor valor entre os estados brasileiros, com índice de 0,49%, sendo que, no mesmo período, o Brasil apresenta uma taxa de crescimento de 1,17% ao ano. O fator preponderante para esse fenômeno é a queda da taxa de fecundidade, além da contribuição das taxas de emigração, que superam as de imigração (ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RS, 2017).

Com relação à distribuição espacial da população total do Estado, conforme demonstra o gráfico 01, verifica-se que, a partir da década de 80, houve uma crescente concentração da população em municípios de porte médio, ou seja, com população entre 100 mil a 500 mil habitantes. Percebemos que, nesse período, a capital, Porto Alegre, representando o único município com população acima de 500 mil habitantes, teve pequena diminuição em sua participação relativa no cômputo da população total do estado. Já o conjunto de municípios com população total abaixo de 100 mil habitantes foi o que teve a maior perda na representatividade da população total do Estado. Esses municípios representavam, em 1960, 77,10% da população total do Estado e, em 2010, esse percentual caiu para 53,23%.

**Gráfico 1:** Distribuição percentual da população total, segundo tamanho de município, Rio Grande do Sul - 1960 a 2010



Fonte: IBGE, Sinopse do Censo Demográfico de 2010.

Conforme o último Censo Demográfico de 2010, o Estado do Rio Grande do Sul tem 496 municípios<sup>10</sup>, sendo que, desses, somente 18, incluindo aqui Porto Alegre, têm população total acima de 100 mil habitantes, mas concentram 46,77% da população total do estado. Assim, pode-se constatar que a população se encontra altamente concentrada em poucos municípios. Destaca-se, ainda, que

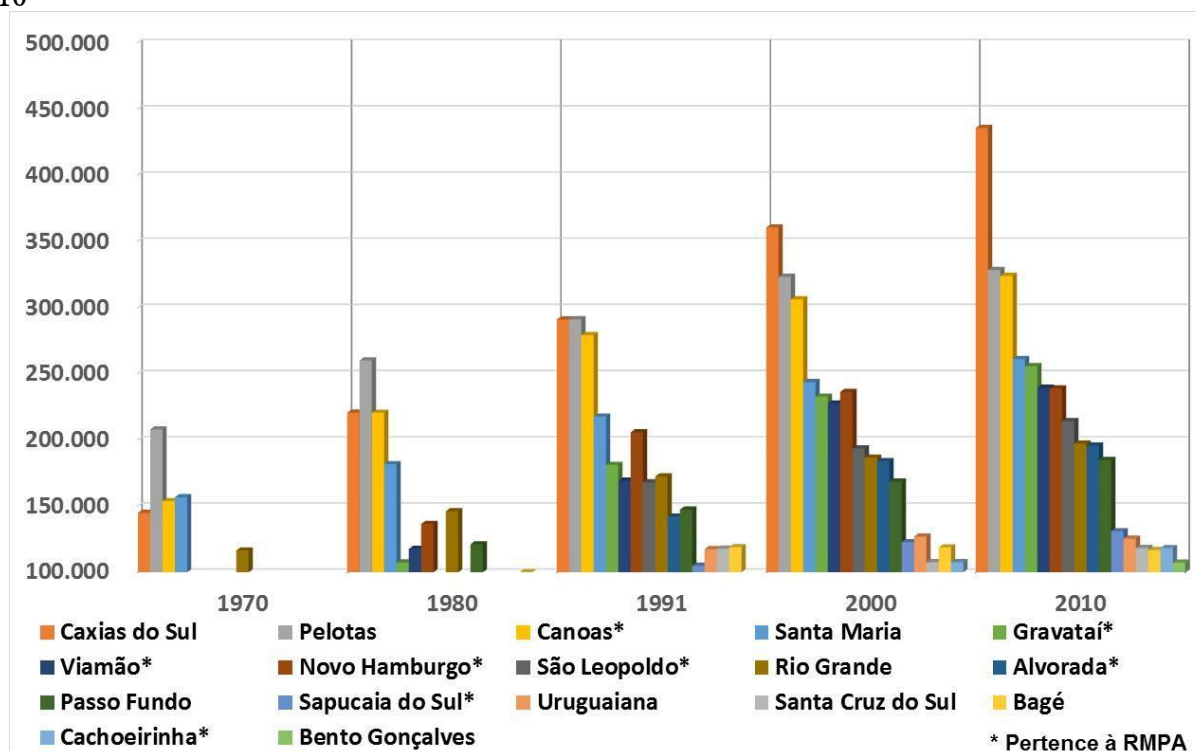
<sup>9</sup> São eles: Bagé, Bento Gonçalves, Caxias do sul, Passo Fundo, Pelotas, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, Santa Maria e Uruguaiana.

<sup>10</sup> Atualmente, o Estado tem 497 municípios, contando com a emancipação de Pinto Bandeira, em 2013, que pertencia à cidade de Bento Gonçalves.

nesses municípios, o grau de urbanização atinge índices mais elevados, representando 53% da população urbana total do estado (Porto Alegre representa 15% deste índice).

Atualmente, dos 17 municípios com população entre 100 a 500 mil habitantes, 8 pertencem à Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), demonstrando a concentração populacional metropolitana, fenômeno que ocorreu nas décadas anteriores, sobretudo nas cidades limítrofes a Porto Alegre (Canoas, Alvorada, Viamão, Cachoeirinha/Gravataí) e no eixo metropolitano em direção a Caxias do Sul (Sapucaia do Sul, São Leopoldo e Novo Hamburgo) – gráfico 2.

**Gráfico 2:** População total dos municípios entre 100 a 500 mil habitantes, Rio Grande do Sul, 1970 a 2010

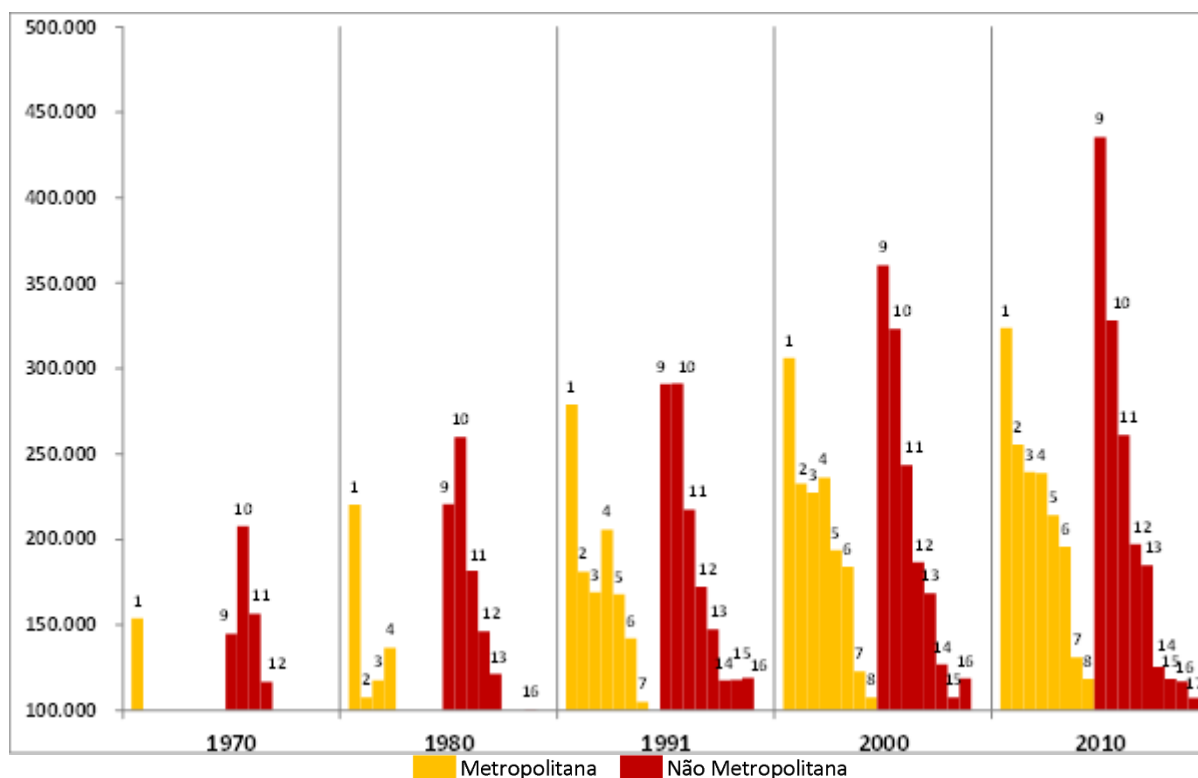


Fonte: IBGE, 2010.

Além do fenômeno metropolitano, outros municípios de porte médio não metropolitanas despontam como grandes concentradores populacionais, sobretudo a partir da década de 1990, como é o caso de Caxias do Sul, que ao longo das décadas supera a população de Pelotas. Com o crescimento da região serrana, Bento Gonçalves, em 2010, entra para a categoria dos municípios de porte médio – gráfico 03<sup>11</sup>.

<sup>11</sup> Para as análises dos gráficos 2 e 3, utilizamos a denominação de municípios metropolitanos para aqueles pertencentes somente à Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA).

**Gráfico 3:** População total dos municípios entre 100 a 500 mil habitantes, segundo localização (metropolitana e não metropolitana), Rio Grande do Sul, 1970 a 2010



1 Canoas	5 São Leopoldo	9 Caxias do Sul	13 Passo Fundo	17 Bento Gonçalves
2 Gravataí	6 Alvorada	10 Pelotas	14 Uruguaiana	
3 Viamão	7 Sapucaia do Sul	11 Santa Maria	15 Santa Cruz do Sul	
4 Novo Hamburgo	8 Cachoeirinha	12 Rio Grande	16 Bagé	

Fonte de dados brutos: IBGE, 2010.

Analisando os gráficos 2 e 3, com a demonstração da evolução populacional dos municípios de porte médio do Rio Grande do Sul e sua localização (metropolitana ou não), verifica-se:

- Em 1970, havia 5 municípios com população total acima de 100 mil habitantes, além da capital, Porto Alegre, que contava com 885.545 habitantes. O maior era Pelotas, que tinha mais de 200 mil habitantes, seguido por Santa Maria, Canoas (o único da RMPA), Caxias do Sul e Rio Grande;
- Em 1980, são 11 os municípios que chegam ao porte de 100 mil habitantes. Entram nessa categoria os municípios de Passo Fundo e Bagé, além de 3 municípios da RMPA: Gravataí, Viamão e Novo Hamburgo. Pelotas continua contendo a população mais alta, com cerca de 260 mil habitantes. Caxias e Canoas superaram a população de 200 mil habitantes;
- Em 1991, entram para essa categoria mais 5 municípios: Uruguaiana e Santa Cruz do Sul e mais 3 da RMPA: São Leopoldo, Alvorada e Sapucaia do Sul. Percebe-se que, na década de 80, houve um aumento considerável da população dos municípios da RMPA e de Caxias do Sul, que se aproxima do porte populacional de Pelotas. Nesse período, também superaram o porte populacional de 200 mil habitantes os municípios de Santa Maria e Novo Hamburgo;
- Em 2000, Cachoeirinha, pertencente à RMPA, entra no grupo com mais de 100 mil habitantes. Neste período, Caxias do Sul supera a população de Pelotas e ambos ultrapassam 300 mil habitantes, seguido por Canoas (Porto Alegre contava já com 1.360.590). Os municípios da RMPA continuam a ter um crescimento maior da população. Neste grupo, os municípios metropolitanos de Gravataí e Viamão também superaram a população de mais de 200 mil habitantes;
- Em 2010, o município de Caxias do Sul desponta como o de maior porte populacional, chegando a quase 440 mil habitantes. Entra para este grupo o município de Bento

Gonçalves, localizado na atual formação metropolitana da serra gaúcha, que tem como polo a cidade de Caxias do Sul. Percebe-se um crescimento menos acelerado dos municípios da RMPA. Nesse período, a cidade de São Leopoldo também supera o porte populacional de 200 mil habitantes.

Cabe ressaltar que, nesses municípios de porte médio, a população encontra-se bastante concentrada nas áreas urbanas, conforme demonstra o quadro 01. O grau de urbanização, já elevado em muitos municípios desde a década de 70, sobretudo nos municípios metropolitanos, com exceção de Viamão e Gravataí, atingem índices expressivos em 2010. Já o conjunto de municípios não metropolitanos, tiveram uma maior elevação desse índice nas últimas décadas.

**Quadro 01:** Grau de urbanização dos municípios entre 100 a 500 mil habitantes, Rio Grande do Sul, 1970 a 2010

Município		1970	1980	1991	2000	2010
Metropolitano	Canoas	97%	98%	97%	100%	100%
	Gravataí	69%	75%	93%	91%	95%
	Viamão	17%	91%	92%	93%	94%
	Novo Hamburgo	95%	98%	98%	98%	98%
	São Leopoldo	98%	96%	96%	100%	100%
	Alvorada	98%	99%	100%	100%	100%
	Sapucaia do Sul	99%	99%	100%	99%	100%
	Cachoeirinha	97%	99%	100%	100%	100%
Não metropolitano	Caxias do Sul	79%	91%	91%	93%	96%
	Pelotas	74%	79%	91%	93%	93%
	Santa Maria	80%	85%	90%	95%	95%
	Rio Grande	89%	94%	96%	96%	96%
	Passo Fundo	75%	87%	93%	97%	97%
	Uruguaiana	85%	89%	90%	93%	94%
	Santa Cruz do Sul	38%	55%	67%	87%	89%
	Bagé	66%	70%	78%	82%	84%
Bento Gonçalves	57%	71%	84%	89%	92%	

Fonte: IBGE, 2010.

Verificamos, portanto, que os municípios de médio porte concentram uma parcela representativa da população do Estado. Desde a década de 70, estes vêm tendo um crescimento acelerado, tanto em população, quanto em número, considerando que passam de 5 os municípios com população entre 100 a 500 mil habitantes, e para 17 em 2010. Nas últimas décadas, de 2000 a 2010, verifica-se, também, um crescimento populacional de muitos municípios não metropolitanos e altas taxas de urbanização.

### Crescimento demográfico, concentração populacional e o papel dos municípios de porte médio no contexto estadual

Como já enfatizado anteriormente, os municípios de médio porte do Brasil se destacaram na última década com as maiores taxas de crescimento populacional total. Para o Rio Grande do Sul, conforme quadro 01, verificou-se que a taxa de crescimento anual populacional dos municípios com porte entre 100 mil a 500 mil habitantes foi bastante expressiva, de 0,76%, considerando a taxa média de crescimento do estado, de 0,49%. No entanto, os municípios que tiveram uma maior ampliação percentual da taxa de crescimento anual da população foram os que apresentavam população entre 20 mil a 50 mil habitantes, evidenciando também o processo de urbanização nos pequenos municípios, considerando que também têm elevado grau de urbanização (84,30%).

Em termos de crescimento absoluto, o maior aumento ocorreu nos municípios de porte médio, entre 100 mil a 500 mil habitantes, com acréscimo populacional de mais de 260 mil habitantes (quadro 02). Nessa faixa populacional, encontravam-se (em 2010) 17 municípios do total de 496 do estado, concentrando 34% da população total. Observamos, ainda, que esses contam com elevado

grau de urbanização, de 96%, e de densidade demográfica, que é 4 vezes maior que o índice dos municípios de faixa populacional entre 50 mil a 100 mil habitantes<sup>12</sup>.

**Quadro 02:** Indicadores demográficos, por tamanho de município e por aglomerados urbanos, Rio Grande do Sul, 2010

	CLASSIFICAÇÃO	POPULAÇÃO 2000 (ÁREAS COMPATIVÉIS COM 2010)	POPULAÇÃO 2010	Nº DE MUNIC. (EM 2010)	PARTICIPAÇÃO	GRAU DE URB.	DENS. DEMOG. (Hab/Km <sup>2</sup> )	TAXA DE CRESC. ANUAL	CRESC. ABSOLUTO 2000 A 2010
TAMANHO DE POPULAÇÃO (EM 2010)	Total do RS.....	10.187.798	10.693.929	496	100,0%	85,1%	39,8	0,49%	506.131
	Máximo	1.360.590	1.409.351		13,2%	100,0%	2.936,5	4,25%	75.145
	Mínimo	1.113	1.216		0,0%	5,5%	1,6	-3,29%	-8.385
	Menos e 20 mil hab	2.283.891	2.288.339	396	21,4%	56,5%	16,3	0,02%	4.448
	de 20 mil a 50 mil hab	1.599.831	1.741.617	58	16,3%	84,3%	27,1	0,85%	141.786
	de 50 mil a 100 mil hab	1.612.791	1.663.011	24	15,6%	89,2%	40,0	0,31%	50.220
AGLOMERAÇÕES URBANAS	de 100 mil a 500 mil hab	3.330.695	3.591.611	17	33,6%	96,0%	162,2	0,76%	260.916
	mais de 500 mil hab	1.360.590	1.409.351	1	13,2%	100,0%	2.836,9	0,35%	48.761
	Total dos AU	5.193.866	5.629.331	69	52,6%	95,3%	212,9	0,81%	435.465
	Total Fora dos AU	4.993.932	5.064.598	427	47,4%	73,8%	20,9	0,14%	70.666
	RMPA.....	3.782.651	4.032.062	32	37,7%	96,9%	389,7	0,64%	249.411
	RMSG.....	622.246	735.276	12	6,9%	91,6%	163,2	1,68%	113.030
AUSUL.....	557.216	578.034	5	5,4%	92,7%	91,1	0,37%	20.818	
AULINORT.....	231.753	283.959	20	2,7%	86,7%	55,3	2,05%	52.206	

Fonte: IBGE, 2010.

As migrações representam um fator que contribui para a diminuição do ritmo de crescimento da população dos municípios de menor porte, tendo em vista os deslocamentos em direção aos municípios com maior população (ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RS, 2017). Muitos desses municípios, de menor porte, obtiveram taxas de crescimento negativas (51% dos municípios do Estado tiveram taxas negativas, sendo que, desse percentual, somente 1% são de municípios com mais de 50 mil habitantes). No entanto, o fator locacional também influencia na concentração da população. Muitos municípios, mesmo os de menor porte, obtiveram altas taxas de crescimento populacional, especialmente aqueles localizados no litoral. Também obtiveram taxas de crescimento mais altas os municípios localizados nas duas Regiões Metropolitanas (Porto Alegre e Serra). Já nas regiões da Fronteira Oeste e Norte do Estado, concentram-se os municípios com as menores taxas de crescimento populacional total anual (figura 03).

Comparando as taxas de crescimento populacional total anual, no período compreendido entre 2000 a 2010, dos municípios agrupados conforme porte populacional (figura 03), constata-se:

a) nos municípios menores, com até 20 mil habitantes, muitos apresentaram taxas negativas (234 municípios do grupo de 396), seguidos pelos municípios da faixa populacional de 20 a 50 mil habitantes (29 do total de 88);

b) também nos municípios de menor porte, com população de até 50 mil habitantes, foram os que apresentaram as maiores taxas de crescimento (muitos acima de 2%), estes, localizados principalmente no litoral, região metropolitana e serra (naturalmente, por abrigarem população menor, o acréscimo ou o decréscimo da população em termos absolutos, mesmo que em números não muito expressivos, podem resultar em um percentual considerável);

c) o grupo de municípios com faixa populacional entre 20 a 50 mil habitantes foi o que mais cresceu, obtendo uma taxa de crescimento anual de 0,85%, representando um aumento populacional absoluto importante de 141.786 habitantes, no entanto o grupo apresentou variações bastante discrepantes (o fator locacional é determinante, tendo em vista que nenhum município com índice negativo faz parte de um aglomerado urbano);

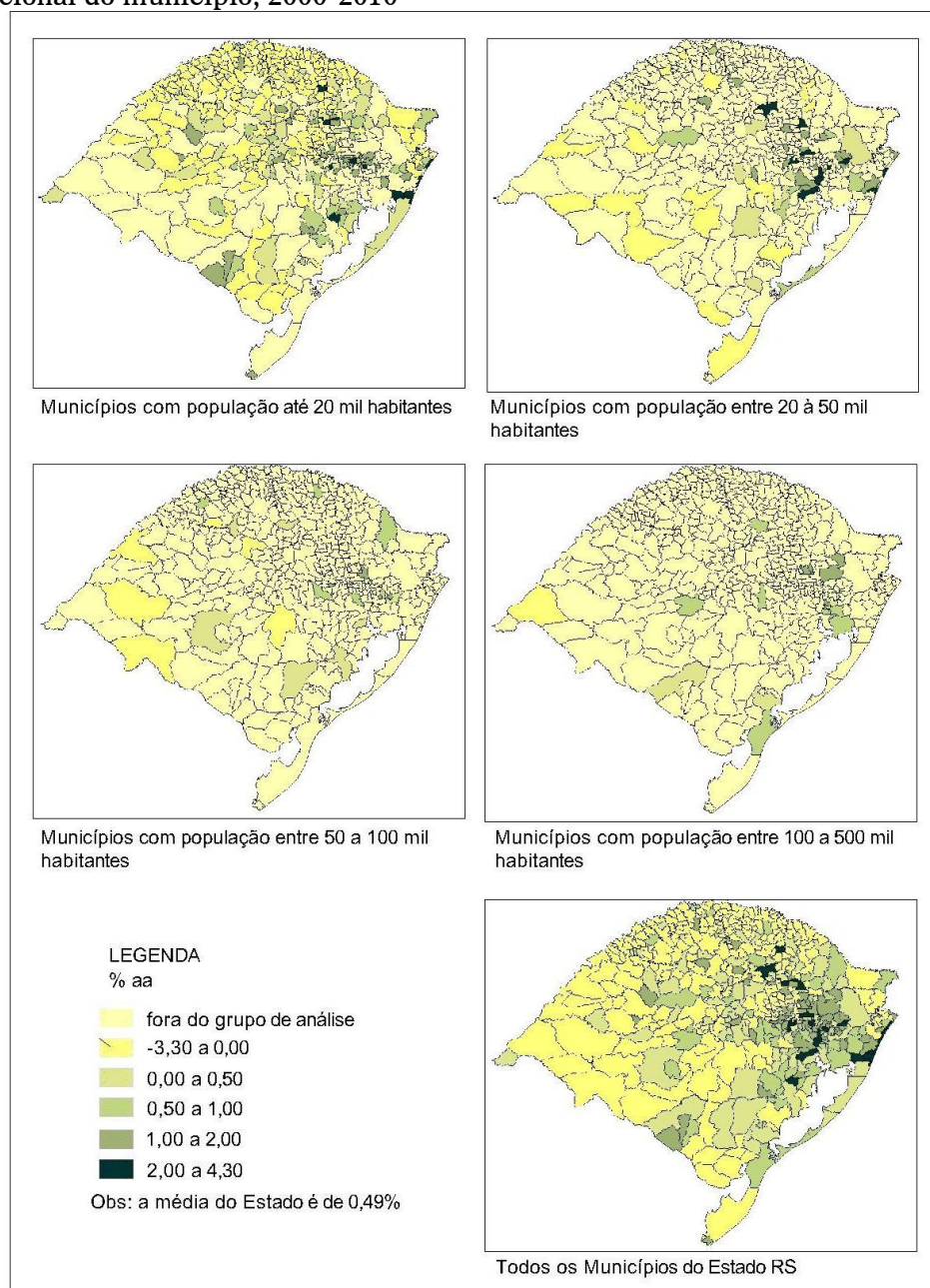
d) os municípios com população entre 50 a 100 mil habitantes obtiveram índices muito baixos de crescimento, sendo que, do total de 24 municípios, somente 4 tiveram índice acima de 1% (não chegando a 2%): Lajeado (1,79%), Farroupilha (1,41%), Parobé (1,41%) e Campo Bom (1,07%), estes

<sup>12</sup> O grau de urbanização é o percentual da população urbana sobre a população total do município. A densidade demográfica é a relação entre o número de habitantes e a área territorial do município, ou seja, o índice é obtido a partir da divisão da população total pela área do município em Km<sup>2</sup>.

localizados, respectivamente, no eixo de expansão da RMPA, na serra, e as duas últimas, na RMPA. Este grupo, formado por 24 municípios, teve 6 com taxa negativa e 8 abaixo da média do estado;

e) o grupo de municípios com população entre 100 a 500 mil habitantes apresentou índices menos discrepantes, tendo somente um município com índice negativo, Uruguaiana (-0,12%), localizada na fronteira Oeste. Com exceção de Pelotas (0,24%), Bagé (0,17%) e Novo Hamburgo (0,12%), os outros municípios apresentaram índices acima da média do estado (0,49%). Os municípios com maiores índices (acima de 1%) são: Caxias do Sul (1,91%), Bento Gonçalves (1,61%), ambos na serra, e São Leopoldo (1,01%), na RMPA;

**Figura 3:** Taxa geométrica de crescimento anual da população total do Rio Grande do Sul, conforme porte populacional do município, 2000-2010



Fonte: IBGE, 2000, 2010.

f) ainda no grupo de municípios com população entre 100 a 500 mil habitantes, verificamos que quase todos pertencem a aglomerados urbanos (destacamos que, no aglomerado urbano do litoral, não há municípios com porte maior do que 50 mil habitantes). Exceção do município de Santa Cruz do Sul, que integra o eixo de expansão da RMPA, e Passo Fundo e Santa Maria, que se constituem como importantes polos regionais. Também não fazem parte de aglomerados urbanos os

municípios de Bagé, localizado na fronteira sudoeste, e Uruguaiana, na fronteira oeste, que tiveram índices muito baixos.

g) percebe-se, no mapa com todos os municípios, uma mancha das maiores taxas de crescimento concentrada em torno de Porto Alegre: em direção à serra (Caxias do Sul), em direção ao litoral, em direção ao sul e em direção a Santa Cruz e Lajeado/Estrela.

Verificamos, assim, nas análises aqui realizadas, que dois fatores foram preponderantes no crescimento populacional dos municípios, o seu porte e a sua localização regional. Os municípios maiores (acima de 100 mil habitantes) concentram a população, sobretudo em áreas urbanas, e continuam crescendo demograficamente. Porto Alegre cresce em ritmo menos acelerado, abaixo dos índices da maior parte dos municípios de médio porte e perdendo em termos absolutos para Caxias do Sul. Já o fator locacional influencia no desenvolvimento dos municípios, mesmo os de menor porte. Um município pequeno localizado numa aglomeração urbana se beneficia das vantagens que o meio aglomerativo oferece, diferentemente de um município pequeno que aí não está. Nesse sentido, Barcellos e Mammarella (2010, p. 236) questionam sobre a proliferação de pequenos municípios que ocorreu no Rio Grande do Sul em um período de tempo tão curto (de 1980 a 2000 foram criados 235 municípios), lançando a reflexão sobre a capacidade administrativa e a competência destes para o desenvolvimento local ou regional, no entanto ressaltam:

Evidentemente, é diferente a situação do município de pequeno porte que esteja localizado, ou não, em alguma formação aglomerativa. Em caso positivo, a repercussão é minimizada pelo fato de se integrar no contexto da sinergia regional; em outros casos, o risco é de vivenciar um relativo isolamento no que diz respeito as vantagens da urbanização.

Já os municípios de maior porte populacional tendem a receber fluxos decorrentes do deslocamento de pessoas que procuram usufruir dos serviços urbanos especializados que estes municípios oferecem ou para trabalho e estudo. Nesse sentido, os estudos sobre os movimentos pendulares (deslocamento cotidiano das populações entre o local de residência e o local de trabalho ou estudo) vêm demonstrando que a mobilidade está no centro da questão aglomerativa, propiciando fluxos mais complexos e a diferenciação de funções entre municípios (RIBEIRO, 2009).

Conforme estudo de Barcellos e Jardim (2008), o Rio Grande do Sul apresenta mobilidade pendular bastante elevada, especialmente entre aglomerações urbanas e no interior das mesmas, sendo o destino majoritário a região metropolitana de Porto Alegre.

As aglomerações urbanas representam, assim, a grande expressão da urbanização do Rio Grande do Sul, refletindo o padrão de concentração da população. Essas abarcam 52,6% da população total do Estado e obtiveram, na última década, um acréscimo populacional de 435.465 novos habitantes, sendo que, no conjunto das demais regiões do estado, o crescimento da população foi seis vezes menor, totalizando 70.666 pessoas (quadro 02). Entre as aglomerações urbanas, destaca-se, sobretudo, a região metropolitana de Porto Alegre, com 37% da população, que conta, ainda, com uma área de expansão não institucionalizada, que se estende ao norte, em direção a Caxias do Sul e para o oeste, alcançando Lajeado /Estrela e Santa Cruz do Sul<sup>13</sup>.

Conforme Heidrich *et al* (2016), a RMPA tem seguido as tendências das metrópoles mundiais, observando-se o fenômeno da desconcentração e da fragmentação metropolitana. Essas tendências são evidenciadas pelas mudanças na estrutura socioespacial ocorridas nos últimos anos, tais como a desconcentração e a realocação dos espaços industriais em setores perimetropolitanos, a incorporação de novos territórios e a tendência à integração com outras aglomerações urbanas.

No entanto, o padrão de concentração, do ponto de vista da distribuição espacial, pode ser relativizado, tendo em vista certa dispersão dos aglomerados e dos principais núcleos urbanos, representando uma situação favorável ao equacionamento de problemas de desenvolvimento regional (BARCELLOS; MAMMARELLA, 2010). Nesse sentido, os municípios de médio porte não metropolitanos têm um papel importante na desconcentração do desenvolvimento e na formação de aglomerações, à medida que são centros que concentram população e apresentam funções urbanas que atendem a territórios mais amplos, sendo, geralmente, relevantes polos regionais e cidades que

<sup>13</sup> Alonso (2003, p. 102) utiliza a definição de Região Perimetropolitana de Porto Alegre (RPPA) para designar os municípios do entorno da RMPA: “A noção de Região Perimetropolitana foi extraída de Rio Grande do Sul (1974). [...] Trata-se de um recorte que circunda parcialmente a RMPA e representa uma área de transição entre esta formação e o Aglomerado Urbano do Nordeste, sendo, portanto, uma área de expansão dessas duas aglomerações. Em 1974, esse recorte contava com 42 municípios e, em 2001, com 53”.

desempenham papéis de intermediação no âmbito da rede urbana. Nessa direção, destacam Campos e Silveira (2016, p.70): “Os processos de urbanização e de dinâmica socioespacial em aglomerações urbanas não metropolitanas quase sempre resultam do desenvolvimento e articulação de cidades médias”.

Neto *et al.* (2017, p. 57) assim explanam sobre o papel articulador destas cidades no contexto da rede urbana:

As cidades médias têm duas funções que podem ocorrer de forma mais ou menos acentuada: potencializar e viabilizar o desenvolvimento local-regional e ofertar de forma intermediária serviços que seriam disponibilizados apenas nas cidades maiores. Por conta disso, têm um grande papel articulador e geram mudanças nas relações de centralidade e dependência das cidades menores em relação às de maior hierarquia urbana.

No âmbito das dinâmicas de produção do espaço, considerando o atual processo de globalização, as cidades médias, apesar de terem suas particularidades locais, seguem tendências universais. Tal como nas grandes metrópoles, elas também apresentam quadro de desigualdade de acesso à cidade e segregação socioespacial, sobretudo nos últimos 20 anos, com o aumento populacional considerável (CAMPOS; SILVEIRA, 2016). Assim, evidencia-se a importância de uma agenda de planejamento urbano dessas cidades, numa perspectiva local, mas também contemplando sua articulação com o planejamento regional e com as políticas nacionais de desenvolvimento territorial.

## Conclusão

No debate sobre os processos de urbanização, é importante destacar o papel das cidades médias, considerando que essas exercem a função de articuladoras da rede urbana.

A pesquisa propôs demonstrar o crescimento dos municípios de médio porte do Rio Grande do Sul em termos demográficos e sua relação com a urbanização no contexto regional e estadual. Assim, identificou-se um processo de concentração populacional em aglomerados urbanos e em cidades de maior porte, cujo ponto de centralidade parte da região metropolitana de Porto Alegre, com maior concentração populacional, mas se expandindo sobre o território, polarizando a urbanização, muito em função da distribuição espacial dos municípios de porte médio não metropolitanos.

Os dados analisados evidenciam dois fatores que foram preponderantes no crescimento populacional dos municípios do Rio Grande do Sul no período de 2000 a 2010: o seu porte e a sua localização regional. Os municípios de porte médio, com população total entre 100 a 500 mil habitantes, foram os que mais cresceram em termos absolutos de aporte populacional, sendo que, do total dos 17 municípios, somente Uruguaiana apresentou taxa de crescimento anual negativa. Já os municípios de menor porte populacional, com até 50 mil habitantes, tiveram taxas de crescimento anual bastante discrepantes. Os municípios pequenos, localizados em aglomerações urbanas, obtiveram taxa de crescimento anual muito altas em relação à média estadual, muito acima de 2%, demonstrando a influência do fator locacional.

Os dados analisados também apontam que os municípios de médio porte não metropolitanos obtiveram um aporte populacional considerável nas últimas décadas, despontando como importantes articuladores na desconcentração espacial do desenvolvimento econômico, à medida que são os pivôs da formação dos aglomerados urbanos não metropolitanos e de centros regionais, exercendo papéis fundamentais de intermediação no contexto da rede urbana estadual. Essa realidade nos leva a refletir sobre a importância de novos estudos que analisem as transformações do espaço urbano que esses municípios experimentam. As dinâmicas socioespaciais tendem a espelhar os processos que já ocorrem nas metrópoles, com graves consequências, como a crescente desigualdade socioespacial e a perda da qualidade de vida dos seus habitantes.

Nesse cenário, faz-se igualmente importante a implementação de uma agenda de planejamento urbano coerente com a realidade local de cada cidade, mas entendendo a tendência de um processo estrutural da nossa sociedade, de base capitalista periférica e com grandes desigualdades, que repercute em graves desajustes no processo de urbanização, refletindo, sobretudo, em injustiças sociais. Para reversão desse quadro, os municípios de médio porte estão em vantagem, pois não têm o grande passivo de problemas urbanos das grandes metrópoles. São,



portanto, os que mais têm condições de barrar esses processos, ou de minimizá-los, tendo em vista seu tamanho mais limitado e dinâmicas socioespaciais menos complexas, que favorecem uma melhor gestão e o planejamento do crescimento dessas cidades.

## Referências

ALONSO, Antônio; BANDEIRA, Pedro. **Crescimento inter-regional no RS, nos anos 80**. In: ALMEIRA, Pedro (Coord.). *A economia gaúcha e os Anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira*. 67-130. Porto Alegre: FEE, 1990.

ALONSO, Antônio. **O cenário regional gaúcho nos anos 90: convergência ou mais desigualdade?** Indicadores Econômicos FEE. 97-118. Porto Alegre, v. 31, n. 3. Nov.2003.

ALONSO, Antônio. **A emergência de aglomerações não metropolitanas no Rio Grande do Sul**. Indicadores Econômicos FEE. 1-20. Porto Alegre, v. 37, n. 3. Nov.2009.

AMORIM FILHO, Oswaldo; SERRA, Rodrigo. **Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional**. In: ANDRADE, Thompson; SERRA, Rodrigo (org.). *Cidades Médias Brasileiras*. 1-34. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <<http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/default.asp>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

BARCELLOS, Tanya; MAMMARELLA, Rosetta. **Processos e territorialidades na urbanização do RS**. In: CONCEIÇÃO, Octávio et al. (Org.). *A evolução social*. 211-240. Porto Alegre: FEE, 2010. (Três décadas de economia gaúcha, 3).

BARCELLOS, Tanya; JARDIM, Maria de Lourdes. **Movimentos pendulares no Rio Grande do Sul: um foco sobre as aglomerações urbanas**. [2008]. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/tesdes/movimentos-pendulares-no-rio-grande-do-sul-um-foco-sobre-as-aglomeracoes-urbanas/>>. Acesso em: 21 fev. 2017.

BRANCO, Maria. **Cidades Médias no Brasil**. In: SPOSITO, Maria Encarnação. *Cidades médias: espaços em transição*. 245 - 364. Expressão Popular: São Paulo, 2007.

BRANDÃO, Antônio; CASTRO, César; NETO, Aristides. **Desenvolvimento regional brasileiro: dilemas e perspectivas neste início do século XXI**. In: BRANDÃO, Antônio; CASTRO, César; NETO, Aristides (orgs.). *Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas*. Rio de Janeiro: IPEA, 2017. p.429-470.

CAMPOS, Heleniza; SILVEIRA, Rogério. **Urbanização e dinâmica socioespacial nas aglomerações urbanas da Região dos Vales, RS**. In: HEIDRICH, Álvaro; et al (org.). *Estrutura e dinâmica socioespacial das aglomerações urbanas em tempos de globalização*. 7-24. Porto Alegre: Letra1, 2016.

CASTILLO, Ricardo; ELIAS, Denise; PEIXINHO, Dimas; BUHLER, Eve-Anne; PEQUENO, Renato e FREDERICO, Samuel. **Regiões do agronegócio, novas relações campo-cidade e reestruturação urbana**. In: *Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)*. p.265-288, V.12, n.18, especial GT Anpege 2016.

CORRÊA, Roberto. **Construindo o conceito de cidade média**. In: SPOSITO, Maria Encarnação. *Cidades médias: espaços em transição*. 23-34. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ELIAS, Denise. **Globalização e Agricultura**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1993.

HEIDRICH, Álvaro; TARTARUGA, Iván; FEDOZZI, Luciano; et al. **Introdução**. In: HEIDRICH, Álvaro; et al (org.). *Estrutura e dinâmica socioespacial das aglomerações urbanas em tempos de globalização*. 7-24. Porto Alegre: Letra1, 2016.

IBGE. **Censo demográfico** (2000, 2010). Disponível em:< [www.ibge.com.br](http://www.ibge.com.br)>. Acesso em: 10 fev. 2018.

IPEA, IBGE e UNICAMP. **Caracterização da Rede Urbana Brasileira – Região Sul**. Brasília: IPEA, 2000.

LIMA, Jandir; STADUTO, Jefferson; STAMM, Cristiano, et al. A população urbana e a difusão das cidades de porte médio no Brasil. In: **Interações**, Campo Grande, v.14, n.2, p.251-265. jul.-dez. 2013.

NETO, Aristides; COSTA, Marco; RESENDE, Guilherme; et al. Desenvolvimento Territorial no Brasil: reflexões sobre políticas e instrumentos no período recente e propostas de aperfeiçoamento. In: NETO, Aristides; CASTRO, César; BRANDÃO, Carlos. **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. 37-64. Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

RIBEIRO; Luiz (coord.). **Movimento Pendular da população na região Sul: Relatório de atividades 4**. [2009]. Disponível em:< [http://www.observatoriodasmetrolopoles.net/obs/images/abook\\_file/pendular\\_sul.pdf](http://www.observatoriodasmetrolopoles.net/obs/images/abook_file/pendular_sul.pdf)>. Acesso em: 21 fev. 2017.

SOARES, Paulo. **A urbanização no Rio Grande do Sul: as cidades médias e o território**. In: PEREIRA, E. M. e DIAS, L. C.(Org.). **As cidades e a urbanização no Brasil: passado, presente e futuro**. 211-228. Florianópolis: Insular, 2011.

**Agradecimentos:** Os autores agradecem o auxílio da estatística Maria de Lourdes Teixeira Jardim (Pesquisadora da Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul) pelas orientações na análise estatística e na revisão dos dados.



*Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.*